



Angela Davis

A LIBERDADE É UMA LUTA CONSTANTE

Organização: Frank Barat

Tradução: Heci Regina Candiani



© desta edição, Boitempo, 2018

© Angela Davis, 2015

Tradução do original em inglês *Freedom Is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement* (Chicago, Haymarket, 2016)

<i>Direção editorial</i>	Ivana Jinkings
<i>Edição</i>	Bibiana Leme
<i>Assistência editorial</i>	Thaisa Burani
<i>Tradução</i>	Heci Regina Candiani
<i>Preparação</i>	Mariana Tavares
<i>Revisão</i>	Thais Rimkus
<i>Coordenação de produção</i>	Livia Campos
<i>Assistência de produção</i>	Camila Nakazone
<i>Capa, abertura e imagens internas</i>	Ronaldo Alves
<i>Diagramação</i>	Crayon Editorial

Equipe de apoio: Allan Jones / Ana Carolina Meira / Ana Yumi Kajiki / André Albert / Artur Renzo / Camilla Rillo / Eduardo Marques / Elaine Ramos / Frederico Indiani / Heleni Andrade / Isabella Barboza / Isabella Marcatti / Ivam Oliveira / Kim Doria / Marlene Baptista / Maurício Barbosa / Renato Soares / Thaís Barros / Túlio Candiotti

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D292L

Davis, Angela, 1944-

A liberdade é uma luta constante / Angela Davis ; organização Frank Barat ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.

Tradução de: *Freedom Is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement*

Inclui índice

ISBN 978-85-7559-612-8

1. Sociologia. I. Barat, Frank. II. Candiani, Heci Regina. III. Título.

18-47467

CDD: 305

CDU: 316.7

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1^a edição: fevereiro de 2018; 1^a reimpressão: janeiro de 2019;
2^a reimpressão: setembro de 2019; 3^a reimpressão: setembro de 2020;
4^a reimpressão: maio de 2021

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br

www.boitempoeditorial.com.br | www.blogdabotempo.com.br

www.facebook.com/boitempo | www.twitter.com/editorabotempo

www.youtube.com/tvboitempo | www.instagram.com/boitempo



SOLIDARIEDADES TRANSNACIONAIS

Discurso realizado na Universidade de Boğaziçi, Istambul, Turquia
(9 de janeiro de 2015)

Hrant Dink continua sendo um poderoso símbolo da luta contra o colonialismo, o genocídio e o racismo. As pessoas que supõem ter sido possível eradicar seu sonho de justiça, paz e igualdade agora devem saber que, ao derrubá-lo, criaram inúmeros Hrant Dinks, já que gente em todo o mundo exclama “Eu sou Hrant Dink”. Sabemos que sua luta por justiça e igualdade sobrevive. Os esforços contínuos para criar um ambiente intelectual popular no qual explorar o impacto contemporâneo do genocídio armênio são, creio, cruciais para a resistência global contra o racismo, o genocídio e o colonialismo de ocupação. O espírito de Hrant Dink sobrevive e se torna cada vez mais forte.

Estou muito contente porque me foi concedida a oportunidade de integrar a longa lista de ilustres palestrantes que homenagearam Hrant Dink. Posso dizer que também estou um pouco intimidada com essa perspectiva. Sei que aquelas pessoas entre vocês que transformaram em prática regular o comparecimento a estas palestras puderam ouvir Arundhati Roy, Naomi Klein, Noam Chomsky e Loïc Wacquant. Por isso, espero que eu esteja à altura das expectativas de vocês.

Permitam-me dizer também que estou muito contente, porque a celebração da vida e do trabalho de Hrant Dink me proporcionou a oportunidade de minha primeira visita à Turquia. É difícil acreditar que levei tantas décadas para conhecer este país, uma vez que tenho sonhado com Istambul desde que eu era muito jovem, principalmente depois que soube da influência das geografias, da política e da vida intelectual turcas, bem como desta mesma universidade, na formação de um amigo íntimo que marcou minha própria formação, James Baldwin. Também posso compartilhar com vocês que lembro que, quando era

uma ativista muito jovem – e, à medida que envelheço, parece que também me torno mais jovem em minhas memórias e ideias –, li as palavras de Nâzim Hikmet e me senti inspirada por elas, como qualquer boa comunista daquela época. E posso dizer que, quando eu mesma estive presa, fui encorajada e incentivada por mensagens de solidariedade e por vários relatos de eventos organizados a meu favor aqui na Turquia. Como eu disse, não posso acreditar que esta seja minha primeira vez no país. Quando eu estava na pós-graduação, em Frankfurt, minha irmã fez uma incrível viagem para a Turquia, e agora poderei dizer a ela que finalmente a alcancei, cinquenta anos depois.

E, uma vez que esta é minha primeira visita à Turquia, eu gostaria de agradecer a quem se envolveu pessoalmente na campanha por minha liberdade naquela época, ou cujas mães e cujos pais, talvez avós e avôs, participaram do movimento internacional em minha defesa.

Acho que muito mais importante do que o fato de que estive na lista de dez pessoas mais procuradas pelo FBI – que é aplaudido nos dias de hoje, o que mostra a vocês o que acontece quando você vive tempo suficiente, o poder transformador da história – é a ampla campanha internacional que alcançou o que era considerado inalcançável. Quer dizer, contra todas as probabilidades, vencemos o confronto com as figuras mais poderosas dos Estados Unidos de então. Não nos esqueçamos de que Ronald Reagan era governador da Califórnia, Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos, e J. Edgar Hoover, diretor do FBI.

Com frequência, as pessoas me perguntam como eu gostaria de ser lembrada. Minha resposta é que realmente não estou tão preocupada com o modo como as pessoas se lembrarão de mim enquanto pessoa. O que eu quero que as pessoas recordem é o fato de que o movimento que exigiu minha liberdade triunfou. Foi uma vitória contra obstáculos insuperáveis, ainda que eu fosse inocente; a suposição era que o poder daquelas forças era tão forte nos Estados Unidos que eu acabaria na câmara de gás ou passaria o resto da vida atrás das grades. Graças ao movimento, estou aqui com vocês hoje.

Minha relação com a Turquia tem sido formada por outros movimentos de solidariedade. Recentemente, tentei colaborar com os esforços em apoio às pessoas que contestaram as prisões tipo F aqui no país, incluindo aquelas que estavam presas e se juntaram aos jejuns da morte*. Também atuei nos esforços

* As prisões tipo F são penitenciárias de segurança máxima da Turquia, em que ficam detidas principalmente pessoas sentenciadas a longas penas por crimes considerados muito graves, alguns dos quais levavam à pena de morte, banida do país em 2002. Já os jejuns da morte foram greves

para gerar solidariedade em torno do caso de Abdullah Öcalan e outras pessoas presas por razões políticas, como Pinar Selek.

Dado que meu relacionamento histórico com este país foi moldado por circunstâncias de solidariedade internacional, intitulei meu discurso de “Solidariedades transnacionais: resistindo ao racismo, ao genocídio e ao colonialismo de ocupação” com o objetivo de evocar futuros possíveis, potenciais circuitos de conexão entre movimentos de várias partes do mundo, especialmente nos Estados Unidos, na Turquia e na Palestina ocupada.

O termo “genocídio” em geral tem sido reservado a condições específicas definidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, que foi adotada em 9 de dezembro de 1948, em consequência do flagelo fascista da Segunda Guerra Mundial. Algumas das pessoas aqui presentes provavelmente conhecem o texto da convenção, mas permitam-me compartilhá-lo:

Qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como assassinato de membros do grupo; dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo; submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial; medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e transferência forçada de menores do grupo para outro grupo.

Essa convenção foi aprovada em 1948, mas não foi ratificada pelos Estados Unidos até 1987, quase quarenta anos depois. Entretanto, apenas três anos após a aprovação do documento, uma petição foi submetida às Nações Unidas pelo Civil Rights Congress [Congresso dos Direitos Civis], dos Estados Unidos, denunciando o genocídio contra a população negra estadunidense. Essa petição foi assinada por luminares como W. E. B. Du Bois, que na época estava sendo ameaçado pelo governo. E foi enviada à ONU, em Nova York, por Paul Robeson e, em Paris, pelo advogado de direitos civis William L. Patterson, que era então chefe do Congresso dos Direitos Civis. Ele era um homem negro membro do Partido Comunista, um advogado proeminente que havia defendido os Nove de Scottsboro. Quando retornou ao país, seu passaporte foi apreendido. Isso aconteceu na época em que comunistas e pessoas acusadas de comunismo estavam seriamente sob ataque.

de fome coletivas, que contaram com a participação de centenas de pessoas presas, ocorridas principalmente em 2001 como forma de protesto contra as condições nas prisões turcas. (N. T.)

Na introdução da petição, lê-se o seguinte:

Dos inumanos guetos negros das cidades estadunidenses, da monocultura do algodão no sul, resulta o histórico de assassinatos em massa baseados na raça, de vidas deliberadamente corrompidas e distorcidas pela criação intencional de condições para a morte prematura, a pobreza e a doença. É um histórico que clama por condenação, por um fim a essas terríveis injustiças que constituem uma violação diária e cada vez maior da Convenção das Nações Unidas para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.

A introdução continua:

Sustentamos, portanto, que cidadãos e cidadãs da população negra dos Estados Unidos, vítimas de opressão, segregação, discriminação e há muito tempo alvos da violência, sofrem um genocídio como resultado de políticas consistentes, conscientes e unificadas de todos os departamentos do governo.

Então, o grupo prossegue, salientando que, em conformidade com a convenção, serão apresentadas evidências para provar o assassinato de alguns de seus membros. O grupo também aponta para homicídios cometidos pela polícia – isso em 1951 –, por gangues, pela Ku Klux Klan e por outros grupos racistas. Indica que a evidência diz respeito a milhares de pessoas que foram “espancadas até a morte, acorrentadas umas às outras, nos fundos dos gabinetes de xerifes, nas celas das prisões dos condados, em delegacias e nas ruas das cidades, que foram enquadradas e assassinadas por documentos fraudulentos e pela burocracia legal”. O grupo destaca ainda que um número significativo de pessoas negras foi assassinado supostamente por, quando diante de uma pessoa branca, não usar o tratamento “senhor”, não levantar o chapéu ou não abrir caminho.

Mencionei essa petição histórica contra o genocídio, em primeiro lugar, porque uma denúncia como essa poderia ter sido feita na mesma época com base nos massacres de pessoas armênias, nas marchas da morte, no roubo de crianças e na tentativa de integrá-las à cultura dominante. Tive a oportunidade de ler o emocionante livro *My Grandmother: an Armenian-Turkish Memoir* [Minha avó: uma história de vida armênio-turca], de Fethiye Çetin. Tenho certeza de que todas as pessoas nesta sala leram o livro. Também descobri que nada menos do que 2 milhões de pessoas turcas têm ao menos uma avó ou um avô de origem armênia e que, por causa do racismo vigente, muitas pessoas foram impedidas de explorar suas próprias histórias familiares.

Ao ler *My Grandmother*, pensei na obra do antropólogo marxista francês Claude Meillassoux. Esse silêncio imposto à ancestralidade me lembrou do fato de que ele coloca o conceito de morte social no cerne de sua definição de escravidão. Ele definiu a pessoa escravizada como sujeita a uma espécie de morte social – como uma pessoa que não nasceu, *non née*. Sem dúvida, há um dano psíquico coletivo grave que é consequência de as pessoas não serem reconhecidas no contexto da própria ancestralidade. Nos Estados Unidos, as pessoas afrodescendentes de minha idade estão familiarizadas com essa sensação de não conseguir traçar a própria ancestralidade além de uma avó, como é meu caso. A privação da ancestralidade afeta o presente e o futuro. Sem dúvida, *My Grandmother* conta em detalhes o processo de limpeza étnica, a marcha da morte, os assassinatos cometidos por gendarmes, o fato de que, quando atravessava uma ponte, a avó da avó lançou dois de seus netos na água e se certificou de que eles haviam se afogado antes de se jogar também. Para mim, a cena ecoou as descrições históricas das mães escravas nos Estados Unidos que mataram suas crianças a fim de poupar-las da violência da escravidão. O romance *Amada**, de Toni Morrison, pelo qual ela recebeu o prêmio Nobel, é baseado em uma narrativa como essa, a de Margaret Garner.

Também invoco a petição contra o genocídio de 1951 porque muitas das condições descritas ali continuam a existir nos Estados Unidos. Essa análise nos ajuda a compreender em que medida, nos Estados Unidos, a violência racista contemporânea do Estado está profundamente enraizada em histórias de genocídios, incluindo, é óbvio, a colonização genocida de povos indígenas que habitavam as Américas. Um livro recente do historiador Craig Wilder** trata do modo como as universidades da Ivy League, que são conhecidas mundialmente – se você menciona o nome Harvard, ele é reconhecido quase em todos os lugares –, Harvard, Yale, Princeton etc., foram estabelecidas e estão profundamente implicadas na instituição da escravidão. Mas ele descobre – e em minha opinião esse talvez seja o aspecto mais importante da pesquisa – que não é possível contar a história da escravidão e do ensino universitário nos Estados Unidos sem contar, ao mesmo tempo, a história da colonização genocida de populações indígenas no país.

* Ed. bras.: trad. José Rubens Siqueira, São Paulo, Companhia das Letras, 2007. (N. E.)

** *Ebony and Ivy: Race, Slavery, and the Troubled History of America's Universities* (Nova York, Bloomsbury, 2013). (N. E.)

É fundamental atentar para as implicações metodológicas mais amplas de tal abordagem. Nossas histórias nunca transcorrem isoladamente. Não podemos contar de fato aquelas que consideramos ser nossas histórias sem conhecer as outras narrativas. E, com frequência, descobrimos que essas outras narrativas são, na verdade, nossas próprias narrativas. Esse é o conselho da socióloga feminista negra Jacqui Alexander: “Conheçam as narrativas de suas irmãs”. Trata-se de um processo dialético que nos exige recontar nossas narrativas constantemente, revisá-las, recontá-las e relançá-las. Desse modo, não podemos fingir que não conhecemos as conjunturas de raça, classe, etnicidade, nacionalidade, sexualidade e capacidade.

Não posso determinar como as pessoas turcas – descobri nesses dias que estou aqui (na verdade, esta é apenas a metade de meu terceiro dia no país) que é melhor fazer referência às “pessoas que moram na Turquia”. Não posso determinar como vocês lidam com o passado imperial deste país. Mas sei, porque aprendi isso com Hrant Dink, Fethiye Çetin e outras pessoas, que tem de ser possível falar livremente, tem de ser possível comprometer-se com a liberdade de expressão. Os processos de limpeza étnica, inclusive as chamadas trocas populacionais no fim do Império Otomano, que impuseram formas inconcebíveis de violência a tantas populações – grega, síria e, sem dúvida, armênia –, devem ser reconhecidos nos registros históricos. Mas o diálogo público sobre esses acontecimentos e sobre as histórias do povo curdo neste lugar deve acontecer antes que qualquer transformação social real possa ser imaginada, quanto mais viabilizada.

Digo que nos Estados Unidos estamos em desvantagem em relação a isso, porque não sabemos falar sobre o genocídio infligido aos povos indígenas. Não sabemos falar sobre escravidão. De outro modo, não se teria pressuposto que com a mera eleição de um homem negro para a presidência poderíamos dar um salto rumo à era pós-racial. Nós não reconhecemos que vivemos em uma terra colonizada. E, enquanto isso, os povos indígenas vivem em condições de pobreza nas reservas, com taxas extremamente elevadas de encarceramento – na verdade, a maior taxa de encarceramento *per capita* – e sofrendo de modo desproporcional de doenças como alcoolismo e diabetes. Enquanto isso, times esportivos ainda zombam dos povos indígenas com nomes racialmente derrogatórios, como o Washington Redskins [Peles vermelhas]. Não sabemos falar sobre escravidão, exceto, talvez, dentro de um referencial de vítima e abusador que continua a polarizar e a incriminar.

Mas posso dizer que cada vez mais a juventude ativista está aprendendo a reconhecer as intersecções dessas narrativas, os modos como elas se cruzam e se sobrepõem. Portanto, quando tentamos desenvolver uma análise da persistência da violência racista, voltada em grande parte contra os homens negros jovens, sobre os quais temos ouvido falar muito nos últimos tempos, não podemos nos esquecer de contextualizar tal violência.

Aqui na Turquia, vocês estão cientes de que no outono e no verão passados, em Ferguson, Missouri, por todo o país – Nova York, Washington, Chicago, costa oeste – e, aliás, em outras partes do mundo, as pessoas saíram às ruas coletivamente anunciando que se recusariam a consentir com a violência racista do Estado. As pessoas tomaram as ruas, dizendo: “Sem justiça, sem paz, não à polícia racista”. E, indo contra as ações de rotina da polícia e apesar do conluio de promotores e promotoras de justiça com a polícia, o povo vem dizendo que vidas negras importam. As vidas negras importam. E tomaremos as ruas e ergueremos nossa voz até que tenhamos certeza de que a mudança está em pauta. No outono, as redes sociais foram inundadas por mensagens de solidariedade de todo o mundo, não apenas relativas ao fato de o policial que matou Michael Brown em Ferguson, Missouri, não ter sido indiciado, mas também em resposta à decisão do grande júri no caso de Eric Garner [na cidade de Nova York]. Essas demonstrações, que aconteceram por toda a parte, deixaram explícito que há um enorme potencial relativo à formação de solidariedades transnacionais.

Por um lado, isso significa que talvez tenhamos recebido a oportunidade de sair do individualismo em que nos instalamos nesta era neoliberal. A ideologia neoliberal leva a nos concentrarmos nos indivíduos, em nós, nas vítimas individuais, nos indivíduos que cometem crimes. Mas como é possível resolver o problema maciço da violência racista do Estado apontando policiais individuais para que carreguem o peso dessa história e supor que, ao processá-los, ao impor-lhes nossa vingança, teríamos de algum modo progredido na erradicação do racismo? Não faz sentido imaginar que essas enormes manifestações de solidariedade por todo o mundo sejam centradas apenas no fato de que policiais individuais não foram processados. Não estou sugerindo que os indivíduos não devam ser responsabilizados. Cada pessoa que participa de um ato tão violento de racismo, de terror, deve responder por isso. O que estou dizendo é que temos de adotar projetos que se voltem para as condições sócio-históricas que possibilitam atos como esses.

Já faz algum tempo que tenho estado envolvida nos esforços para abolir a pena de morte e o aprisionamento como as principais formas de punição. Devo dizer que não é apenas por empatia com as vítimas da pena capital e as vítimas da prisão, que são esmagadoramente de minorias étnicas. É porque essas formas de punição não funcionam. Essas formas de punição não funcionam, se você levar em consideração que a maioria das pessoas na prisão está ali porque a sociedade falhou com elas, porque elas não tiveram acesso a educação, emprego, moradia ou assistência à saúde. Mas permitam-me dizer que a criminalização e o aprisionamento não podem resolver outros problemas.

Também não resolvem o problema da violência sexual. O “feminismo carcerário”, termo que começou a circular recentemente – os feminismos carcerários, ou seja, os feminismos que reivindicam a criminalização e o encarceramento de pessoas envolvidas na violência de gênero –, faz o trabalho do Estado. Os feminismos carcerários fazem o trabalho do Estado de modo tão seguro quanto enfatizam a violência e a repressão estatais como solução para o heteropatriarcado e, mais especificamente, para a agressão sexual. Mas isso também não funciona para quem tem envolvimento direto no trabalho repressivo do Estado. Por mais que algumas pessoas que atuam como policiais estejam sob a influência do racismo que criminaliza as comunidades de minorias étnicas – e essa influência não se limita às pessoas brancas; pessoas negras e de outras minorias étnicas também estão sujeitas ao modo como o racismo define estruturalmente o trabalho da polícia –, não partiu desses indivíduos a ideia de agir assim. Por isso, ao simplesmente focar no indivíduo, como se fosse uma aberração, nós nos engajamos inadvertidamente no processo de reprodução da mesma violência que presumimos contestar.

Como superamos esse referencial que se concentra sobretudo em indivíduos que cometem violência? No caso de Michael Brown, em Ferguson, Missouri, descobrimos rapidamente a militarização da polícia por causa das imagens de seus uniformes militares, de seus veículos militares e de suas armas militares. A militarização da polícia nos Estados Unidos, das forças policiais em todo o país, foi realizada em parte com a ajuda do governo israelense, que tem compartilhado seu treinamento com as forças policiais de todo o país desde o período imediatamente posterior ao 11 de Setembro. Na realidade, Timothy Fitch, chefe de polícia do condado de St. Louis – cenário em que se deu a violência de Ferguson, que é uma pequena cidade do condado de St. Louis –, recebeu treinamento em “contraterrorismo” em Israel. Xerifes e chefes de

polícia dos condados de todo o país, agentes do FBI e especialistas em bombas têm viajado a Israel para assistir aulas de combate ao terrorismo.

O ponto que levanto é que, embora a violência policial racista, particularmente contra pessoas negras, tenha uma história muito longa, que vem desde os tempos da escravidão, o atual contexto é decisivo. E, quando examinamos os modos como as teorias e as práticas do terrorismo e do contraterrorismo têm reproduzido e agravado o racismo, começamos a antever as possibilidades de alianças políticas que nos levarão rumo às solidariedades transnacionais. O interessante durante os protestos de Ferguson, no verão passado, foi que ativistas da Palestina perceberam, a partir das imagens que viram nas redes sociais e na televisão, que as bombas de gás lacrimogêneo que estavam sendo usadas em Ferguson eram exatamente as mesmas lançadas na Palestina ocupada. Na verdade, uma empresa estadunidense chamada Combined Systems, Inc. imprime “CTS” (Combined Tactical Systems [Sistemas Táticos Combinados]) em suas bombas de gás lacrimogêneo. Quando ativistas da Palestina reconheceram esses artefatos em Ferguson, tuitaram conselhos para as pessoas que realizavam os protestos sobre como lidar com o gás. Sugeriram, entre outras coisas: “Não fiquem muito longe da polícia. Se vocês estiverem perto, ela não poderá usar o gás lacrimogêneo”, porque também sentiria o efeito. Houve uma série de comentários de fato interessantes para jovens ativistas de Ferguson, que provavelmente enfrentavam o gás pela primeira vez na vida. Não tinham necessariamente a experiência que nós, ativistas da geração mais velha, temos.

Tento aqui sugerir que há relações entre a militarização da polícia nos Estados Unidos, que nos oferece um contexto diferente para analisar a contínua e persistente proliferação da violência policial racista, e a permanente agressão contra as pessoas na Palestina ocupada, na Cisjordânia e, em especial, em Gaza, dada a violência militar imposta à população no verão passado.

Também quero incluir na conversa uma das mais conhecidas prisioneiras políticas da história dos Estados Unidos. O nome dela é Assata Shakur. Hoje, Assata mora em Cuba, onde vive desde os anos 1980. Não faz muito tempo, ela foi incluída entre os dez terroristas mais perigosos do mundo. E já que foi mencionado que eu estive na lista de dez pessoas mais procuradas pelo FBI, eu gostaria que vocês refletissem sobre o que motivaria a decisão de colocar essa mulher, Assata Shakur, em tal lista. Vocês podem ler a história de vida dela. Sua autobiografia* é

* Assata Shakur, *Assata: an Autobiography* (Londres, Zed, 2014). (N. E.)

fascinante. Ela foi acusada falsamente, de forma fraudulenta, de uma série de crimes. Nem sequer vou mencioná-los. Vocês podem ler sobre isso na biografia dela. Ela foi inocentada de todas as acusações, exceto da última. Escrevi o prefácio da segunda edição de sua autobiografia. Assata, que na verdade é alguns anos mais jovem do que eu, está com quase setenta anos agora. Ela tem levado uma vida produtiva em Cuba, estudando, ensinando e se dedicando à arte. Então, por que o Departamento de Segurança Interna decidiu, de repente, que ela está entre os dez terroristas mais procurados do mundo?

Em minha opinião, essa criminalização retroativa dos movimentos de libertação negra do fim do século XX por meio do ataque a uma das líderes da época, que foi tão sistematicamente perseguida, é uma tentativa de dissuadir as pessoas de se envolverem na luta política radical de hoje. É por isso que sou sempre cautelosa quanto ao uso do termo “terrorista”. Sou cautelosa por saber que temos suportado uma história de terror não reconhecido. Como alguém que cresceu na cidade mais segregada do sul, minhas primeiras lembranças são de bombas explodindo do outro lado da rua em que minha família morava, apenas porque uma pessoa negra havia comprado uma casa. Na verdade, sabíamos a identidade das pessoas da Ku Klux Klan que bombardeavam casas e igrejas. Vocês devem ter ouvido falar do ataque a bomba à Igreja Batista da Sixteenth Street, que aconteceu em 1963, no qual quatro meninas, que eram muito próximas a minha família, morreram. Mas vocês devem saber que aquele não foi um evento isolado. Ataques a bomba aconteciam o tempo todo. Por que aquele não é reconhecido como um período de terror? Por isso, sou realmente cautelosa em relação ao uso desse termo, porque quase sempre existe uma motivação política.

Permitam-me dizer, no momento em que me encaminho para a conclusão de minha fala, que quero ser um pouco mais específica quanto à importância da teoria e da análise feministas. Não falo apenas às mulheres na plateia, porque acho que o feminismo fornece orientação metodológica para todas as pessoas comprometidas com a pesquisa e o trabalho de mobilização ativista sérios. As abordagens feministas nos encorajam a desenvolver compreensões sobre as relações sociais, cujas conexões costumam ser inicialmente apenas intuídas. Todas as pessoas conhecem o lema “O pessoal é político” – não significa apenas que aquilo que vivenciamos no nível pessoal tenha profundas implicações políticas, mas que nossa vida interior, nossa vida emocional, são em grande medida informadas pela ideologia. Com frequência, fazemos o

trabalho do Estado em nossa vida interior e por meio dela. Aquilo que muitas vezes supomos fazer parte de nosso ser mais íntimo e de nossa vida emocional foi produzido em outro lugar e tem sido convocado a realizar a tarefa do racismo e da repressão.

Algumas pessoas entre nós sempre insistiram em estabelecer conexões, em termos do trabalho com as prisões, entre as agressões contra as mulheres presas e o projeto mais amplo de abolir o aprisionamento. E esse projeto mais amplo nos exige compreender onde nos situamos em relação aos esforços de solidariedade transnacional. Isso significa que temos de analisar múltiplas dimensões de nossa vida – as relações sociais, os contextos políticos –, mas também nossa vida interior. É interessante que nesta era de capitalismo global as corporações tenham aprendido a fazer isto: acessar aspectos de nossa vida que muitas vezes nos levam a manifestar nossos sonhos mais íntimos em termos de mercadorias capitalistas. Por isso, internalizamos o valor de troca de maneira que seria totalmente inimaginável para os autores de *O capital**. Mas esse é um assunto para outra palestra.

O que quero salientar é que as megacorporações nitidamente compreendem as formas pelas quais questões que muitas vezes consideramos discrepantes estão associadas. Uma dessas corporações, a G4S, que é a maior na área de segurança do mundo – e cito a G4S porque tenho certeza de que tentará se aproveitar da situação atual da França de um modo que evoca a análise de Naomi Klein sobre o capitalismo de desastre –, como algumas pessoas aqui provavelmente sabem, tem desempenhado um papel fundamental na ocupação israelense da Palestina: administrando prisões, envolvendo-se na tecnologia dos postos de controle. E também esteve envolvida na morte de imigrantes sem documentação. O caso de Jimmy Mubenga é importante. Ele foi assassinado por agentes de vigilância da G4S na Grã-Bretanha ao ser deportado para Angola. A G4S opera prisões privadas na África do Sul. É a maior empregadora corporativa no continente africano. A G4S, essa megacorporação que está envolvida no controle acionário e na operação de prisões, que fornece armas a exércitos e segurança a estrelas do rock, também opera centros de apoio para mulheres vítimas de abusos e para “meninas em risco”. Menciono isso porque

* Ed. bras.: Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital*; Livro II: *O processo de circulação do capital*, editado por Friedrich Engels; Livro III, *O processo global da produção capitalista*, editado por Friedrich Engels (São Paulo, Boitempo, 2013-2017). (N. E.)

parece que essa corporação compreendeu a conexão de uma forma que deveríamos ter compreendido há muito tempo.

Falando em megacorporações, ouvi dizer que estudantes fizeram um protesto bem-sucedido contra a Starbucks. É hoje o último dia em que a Starbucks funcionará neste *campus*? Aleluia. Principalmente porque o café turco é de longe superior ao que a Starbucks pode aspirar oferecer.

Meu último exemplo também diz respeito aos Estados Unidos, mas reflete uma epidemia global da qual nenhum país está isento. Refiro-me à violência sexual, ao assédio sexual, à agressão sexual. A violência nos relacionamentos afetivos íntimos* não está dissociada da violência do Estado. Onde as pessoas que cometem violência em seus relacionamentos afetivos aprendem as práticas violentas? Quem ensina a elas que a violência é aceitável? Mas isso, obviamente, é outra questão. Quero lembrar o caso de uma jovem chamada Marissa Alexander. Vocês conhecem os nomes Michael Brown e Eric Garner. Acrescentem o nome de Marissa Alexander a essa lista, uma jovem negra que se viu obrigada a chegar a extremos para evitar que seu marido abusivo a atacasse. Ela atirou para o alto. Não feriu ninguém. Mas no mesmo distrito judicial onde Trayvon Martin – vocês se lembram do nome dele – foi assassinado e onde George Zimmerman, seu assassino, foi absolvido, Marissa Alexander foi sentenciada a vinte anos de prisão por se defender de agressão sexual. Recentemente, ela enfrentou uma possível revisão da pena para sessenta anos e, por isso, envolveu-se em uma negociação para a redução da sentença, o que significa que ela usará uma tornozeleira eletrônica nos próximos anos.

As violências racista e sexual são práticas não apenas toleradas, mas explicitamente – ou, se não explicitamente, ao menos implicitamente – encorajadas. Quando essas formas de violência são reconhecidas – e com frequência elas são encobertas e tornadas invisíveis –, na maioria das vezes são os exemplos mais dramáticos da exclusão e da discriminação estruturais. Acho que seria importante prosseguir no desenvolvimento dessa análise, mas vou concluir dizendo que o maior desafio que temos diante de nós ao tentarmos criar solidariedade internacional e conexões que atravessem as fronteiras nacionais é a compreensão

* No original, *intimate violence*. O termo, às vezes traduzido como “violência em relações íntimas de afeto”, designa diversas agressões que ocorrem em relacionamentos afetivos longos, curtos ou mesmo já rompidos. Envolve formas de violência e agressão física, psicológica e emocional, como assédio, ameaças, humilhação, coerção e isolamento social da vítima. (N. T.)

daquilo que as feministas chamam, em geral, de “interseccionalidade”. Não tanto a interseccionalidade das identidades, mas a interseccionalidade das lutas.

Não nos esqueçamos do impacto das manifestações na praça Tahrir e do movimento Occupy em todo o mundo. E, já que nos encontramos aqui em Istambul, não nos esqueçamos das pessoas que protestaram no parque Taksim Gezi. Com muita frequência, as pessoas afirmam que nesses movimentos mais recentes não havia lideranças, manifestos, agenda nem reivindicações, por isso eles fracassaram. Mas eu gostaria de destacar que Stuart Hall, que faleceu há pouco mais de um ano, nos encorajava a distinguir entre efeito e impacto. Há uma diferença entre eles. Muitas pessoas supõem que, como os acampamentos desapareceram e nada tangível foi produzido, não houve nenhum efeito. Mas, quando pensamos no impacto dessas ações criativas e inovadoras e desses momentos em que as pessoas aprenderam a estar juntas sem a estrutura do Estado, a resolver problemas sem ceder ao impulso de chamar a polícia, isso deveria servir como verdadeira inspiração para o trabalho que faremos no futuro para construir essas solidariedades transnacionais. Não queremos ser capazes de imaginar a expansão da liberdade e da justiça no mundo, como Hrant Dink nos incitou a fazer? Na Turquia, na Palestina, na África do Sul, na Alemanha, na Colômbia, no Brasil, nas Filipinas, nos Estados Unidos?

Se for esse o caso, teremos de fazer algo totalmente extraordinário, precisaremos ir às últimas consequências. Não podemos continuar a fazer o mesmo. Não há como se revolver em torno do centro. Não podemos agir com moderação. Teremos de ter disposição para nos erguer e dizer “não” unindo nossas almas, articulando nossas mentes coletivas e nossos corpos, que são muitos.